

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA EM CABO VERDE: DO PERÍODO COLONIAL AO CONTEXTO ATUAL DE MOBILIZAÇÃO POR MAIS ÁGUA

VLADMIR SILVES FERREIRA¹

RESUMO

Visando contribuir para uma melhor compreensão dos potenciais aspetos explicativos da evolução da actividade agrícola, este artigo faz uma descrição sócio-histórica das principais transformações e mudanças que o contexto agrário, neste pequeno e árido Estado Insular, vem sofrendo ao longo dos tempos, desde as primeiras fases da colonização do território, passando pelo período do partido único e conclui dissertando sobre a abertura à democracia num quadro em que a mobilização de mais água, através da construção de barragens, se evidencia como um dos principais projetos impulsionadores do processo de modernização do setor agrícola.

Palavras-chave: Agricultura, políticas públicas, cabo verde.

1. Das primeiras formas de apropriação fundiária ao declínio do regime de morgadios

À semelhança do ocorrido em outras colónias portuguesas, a forma de apropriação fundiária em Cabo Verde, iniciada em 1462, se deu por meio do Regime de Capitánias. As primeiras concessões régias dataram da segunda metade do séc. XV, dispondo terras a donatários como nos aponta Amaral (1991), citando documentos oficiais da época:

Sam Jacob, e Filipe, e (da) ilha de las Mayas e (da) ilha de Sam Cristóvão, e (da) ilha Llana”, assim aparecem mencionadas pela primeira vez, em documento de doação régia ao infante D. Fernando , datado de 3 de Dezembro de 1640, “com todas as rendas, direitos e jurisdições (AMARAL, 1991, p. 10).

¹ Doutor em Ciências Sociais; Docente e Vogal do Conselho Directivo; Escola superior de Ciências Agrárias e Ambientais, Universidade de Cabo Verde

De acordo com este modelo de organização administrativa, D. Fernando, o primeiro donatário, tinha por obrigação incrementar o povoamento das ilhas de Cabo Verde, criar e implementar estruturas económicas e administrativas capazes de tornar o espaço economicamente rentável. Em contrapartida, usufruía de prerrogativas administrativas, jurídicas e fiscais, nomeadamente o direito de arrecadar tributos e a jurisdição cível e criminal sobre os habitantes. Contudo, a alçada sobre os casos que implicassem pena de morte, era da estrita competência dos tribunais régios. Após a morte do infante D. Fernando, as ilhas continuaram a pertencer ao património da Casa Viseu-Beja, passando sucessivamente para as mãos de D. João, D. Diogo e a 30 de maio de 1489 foram doadas ao duque de Beja, o futuro rei D. Manuel I; em 1495, D. Manuel tornou-se rei de Portugal e todo o arquipélago voltou a ser integrado no património régio (AMARAL, 1991, p. 10). O donatário, por sua vez, subdelegava grande parte das suas prerrogativas aos capitães - donatários, normalmente indivíduos da sua casa senhorial e da sua confiança com vista a procederem à colonização das parcelas de terras que lhes eram destinados, criando assim na ilha de Santiago as capitánias-donatárias. A capitania-donatária do sul/oeste da ilha, com sede na povoação de Ribeira Grande (atualmente conhecida por Cidade Velha) foi doada a António de Noli e seus herdeiros, e a de Alcatrazes, (norte/este), centrada em Alcatrazes, ficou sobre o encargo de Diogo Afonso e seus descendentes. Na Ribeira Grande formou-se o primeiro núcleo populacional do arquipélago, constituído essencialmente pelo próprio capitão-donatário, alguns membros da sua família e de portugueses do Alentejo e do Algarve. Por sua vez, salvo em raras exceções, o capitão-donatário nomeava um representante, o capitão, para exercer os seus direitos no local, segundo os moldes aqui apresentados por Domingues (1991).

A amplitude da intervenção deste (o capitão) na sociedade oscila, ao longo do tempo, entre uma actividade catalisadora e responsável pelo povoamento e organização da nova terra e uma função suprimível, porque quase simbólica (DOMINGUES, 1991, p. 59).

Assim, e numa primeira fase, o capitão era o chefe da comunidade que estabelecia com os governados ligações pessoais, constituindo o degrau inferior da hierarquia do exercício do poder político. Entretanto a atividade

desempenhada pelos capitães era pouco controlada tendo em conta a distância em relação à metrópole. Contudo à medida que a comunidade vai ganhando contornos mais definidos, adquirindo paralelamente uma dinâmica interna que a impele a participar na vida política da sociedade, adquire e beneficia de uma preponderância que a institui como poder paralelo, concorrente e vigilante em relação à autoridade do capitão. Desta forma surge a figura do município, que funciona como poder local ao mesmo tempo equilibrante e concorrente do poder dos capitães.

No que tange à disponibilidade de água, de acordo com o geógrafo José Maria Semedo (2010), documentos históricos registam a ocorrência de ribeiras de águas correntes, com relativa abundância, nos meados do século XV. A Ribeira Grande (Cidade de Santiago) foi fundada junto à foz de um rio de “águas caudalosas” que desaguava no mar. Nos princípios do século XVI Valentim Fernandes assinalava que a ilha de Santiago tinha muitas ribeiras de águas boas. As primeiras secas com reflexo na carência de géneros alimentícios foram registadas entre 1580 e 1583, mais de um século após a data de chegada dos primeiros moradores.

Apesar dessas observações, nada nos autoriza a afirmar que o clima do século XV era mais húmido que o atual, ou que na altura da chegada dos primeiros colonos não havia seca em Cabo Verde. A seca constitui característica climática da zona saheliana onde as ilhas de Cabo Verde estão inseridas e a sua génese liga-se a fenómenos meteorológicos de âmbito global, como a descendência dinâmica da atmosfera nestas latitudes. Aliás, são as mesmas que justificam a existência do vizinho deserto do Sahara, que se desenvolve há mais de dez mil anos. As oscilações climáticas responsáveis pela ocorrência de períodos mais húmidos e mais secos ou mais quentes e mais frescos, resultam de combinações complexas de fenómenos astronómicos, realimentação positiva de fenómenos como a expansão dos desertos, alteração da vegetação, glaciações, etc., num esquema que escapa às explicações científicas de rotina (SEMEDO, 2010, p. 37, 38).

Apesar das grandes limitações do arquipélago em termos de disponibilidade hídrica, as ilhas tornaram-se um ponto de apoio das frotas portuguesas que contornavam a África com destino à Índia e, mais tarde, no comércio entre África, América e Europa. Segundo Correia e Silva (1991, p. 181), “em Santiago e Fogo, as primeiras ilhas habitadas, vai desenvolver-se uma agropecuária intensiva, virada prioritariamente para a comercialização externa”.

Desta forma, o país coloca-se no cenário internacional como espaço importante para negociações comerciais, potencial bastante explorado nos séculos seguintes (BORBA & ANJOS, 2012; FURTADO, 1993). Nesta altura, instala-se em Cabo Verde uma agricultura de plantações à base de cana de açúcar² e algodão nas terras de regadio, e uma agricultura de sequeiro fora dos vales irrigados.

Segundo Semedo (2010), os primeiros colonos tentaram reproduzir nas ilhas áridas e montanhosas os campos mediterrânicos que lhes eram familiares em Portugal. Neste quadro ensaiaram as fruteiras e as hortícolas mediterrânicas e a vinha. Na falta de trigo introduziram no século XVI o milho americano com grande gama de plantas provenientes da África de Oeste, Ásia e das Américas.

No ambiente insular saheliano desconhecido tanto dos europeus como de africanos, provenientes das savanas e de estepes do vizinho continente, a adaptação das culturas e o arranjo dos campos constituíram penoso desafio para a comunidade humana fixada na ilha. Os ciclos de secas, a erosão de solos em vertentes íngremes, a falta de água constituíram fatores limitantes na produção das terras (SEMEDO, 2010, p. 34).

Assim, nos primeiros séculos de ocupação do arquipélago, a par da atividade comercial e portuária, a economia interna, desenvolve-se sobretudo da agricultura e da pecuária. Tendo por base aproximada, as características ecológicas das unidades de paisagem da ilha, o andar árido costeiro foi transformado em pastagens extensivas de gado (caprinos, bovinos e equinos) sendo os cavalos utilizados, sobretudo, no comércio com a costa da Guiné; os caprinos e bovinos eram destinados à produção de peles e sebos para o mercado europeu; a carne, além do consumo local era destinada ao fornecimento de navios em escala. Para os eventuais povoadores, maioritariamente comerciantes, só os lucros do comércio com a costa africana justificavam a permanência no arquipélago, tendo em conta que as ilhas eram carentes de água e não apresentavam bens naturais que garantissem um lucro fácil e rápido.

² A maioria das terras irrigadas de Cabo Verde continua a ser utilizada para a produção de cana de açúcar, matéria prima para o fabrico da aguardente local. Em 2000, a área de regadio ocupada com cana de açúcar era de 45%, com uma maior concentração na ilha de Santo Antão – Fonte: Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde Dezembro – 2004.

A primeira forma de ocupação das terras implementada em Cabo Verde não permitia a sucessão patrimonial de familiares, visto que após a morte do donatário a área concedida voltava para o domínio da Coroa Portuguesa. Com o objetivo de incentivar a fixação das famílias colonizadoras no território, a partir do séc. XVI, o regime de donatários será substituído pelo sistema de morgadios. Por este regime, as terras do arquipélago foram disponibilizadas por meio de confirmações régias, permitindo a sucessão do morgado ao filho mais velho (BORBA & ANJOS, 2012).

De acordo com Furtado (1993, p. 28), “os morgados constituem uma das primeiras formas de apropriação do solo que irá caracterizar toda a estrutura fundiária do arquipélago, constituída eminentemente de latifúndios”. Este tipo de sistema de propriedade levou a uma grande concentração de terras que ficaram nas mãos de um pequeno número de colonos brancos e de um menor número de mestiços cabo-verdianos, em detrimento da população maioritariamente negra que efetivamente trabalhava nos campos e se encontrava então, em grande parte, submetida ao regime de escravidão.

A agricultura praticada em grandes propriedades exigia uma grande quantidade de água e de mão de obra escrava. Apenas uma pequena parcela da produção era destinada ao mercado interno. Essa atividade era ainda condicionada pela inexistência de maquinaria e de utensílios agrícolas, e por uma topografia que dificultava a utilização de equipamentos agrícolas. Assim, desde o início houve uma fraca composição orgânica do capital (RODRIGUES, 2010).

Segundo Furtado, (1993) a situação geográfica privilegiada de Cabo Verde facilitava a aquisição de escravos. Por outro lado, os armadores que transportavam escravos e outras mercadorias da costa africana à europa ou às américas eram obrigados, por determinação régia, a aportar à Ilha de Santiago. Portanto, conforme afirmado anteriormente, as grandes fontes do desenvolvimento económico de Cabo Verde advinham do comércio com a Costa Africana e com a Europa. Este comércio não se limitava ao tráfico de escravos, mas também incluía a cobrança de impostos e o fornecimento de produtos agropecuários.

Os morgadios, enquanto propriedades inalienáveis e indivisíveis, abarcavam não somente a extensão do solo como os materiais utilizados no cultivo e mesmo os trabalhadores. Estas disposições serão posteriormente relativizadas pela decadência deste modelo económico que sobreviverá até meados do séc. XIX. O fim do tráfico de escravos e a abolição do regime escravagista foram responsáveis por profundas mudanças no modelo económico vigente. Antes disso, porém, as regalias concedidas aos morgados pela Coroa começaram a ser paulatinamente restringidas (BORBA & ANJOS, 2012). A imposição do trabalho livre deu origem a rearranjos nas relações sociais e fundiárias. Os proprietários acabaram por fragmentar suas terras e arrendá-las. É neste contexto que famílias não-brancas passaram a ter maior participação na exploração das propriedades rurais, assumindo primeiramente a condição de rendeiros.

Assim, a agricultura e o comércio que durante os dois primeiros séculos após a colonização tinham contribuído grandemente para a prosperidade económica das ilhas entram em decadência, fruto de mudanças no contexto internacional, secas persistentes e da inoperância do poder colonial, segundo Moniz (2007):

Desde os finais do século XIX as ilhas já vinham perdendo a sua importância como ponto de escala à navegação, com a abertura de novos portos no Atlântico médio, caso do porto de Dakar, no Senegal, que fizeram forte concorrência aos portos cabo-verdianos. A agricultura de subsistência não correspondia às necessidades, ocasionando fomes que dizimavam a população, enquanto a agricultura de exportação continuava em queda, fruto do descaso de Portugal (MONIZ, 2007, p. 44).

Para Furtado (1993), um dos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura foi a estrutura agrária que os colonizadores montaram no arquipélago e a ausência de uma política agrícola por parte do governo português. Em 1864, a Coroa portuguesa toma uma série de medidas a fim de assentar o regime liberal e rearranjar o sistema de posses rurais. É neste momento que o regime de morgadios é abolido, permitindo a partilha de bens entre os herdeiros, bem como sua comercialização legal. Estas mudanças, segundo Anjos (2003), levam a um processo crescente de diferenciação social, contudo não atenuam o grau de estruturação social sobre a base da dependência pessoal, mesmo que

provocando alterações na estrutura de distribuição e concentração da dependência. Assim, a agricultura reduzida à subsistência e ameaçada pelos frequentes anos de seca diminui a importância do controle da terra como recurso que pode assegurar a proteção das clientelas. Ao longo do século, a esperança de proteção passa cada vez mais a ser depositada na possibilidade de intervenção de forças externas ao universo local.

Os grandes proprietários, todavia, continuaram como um grupo social restrito e coeso, sendo que a exploração indireta dos campos lhes garantia a concentração fundiária, além do *status* político (BORBA & ANJOS, 2012; RODRIGUES, 2010). Até meados do século XIX a sociedade cabo-verdiana se estruturava numa hierarquia de posições socioeconómicas e culturais coincidentes com a origem étnica. No topo da pirâmide uma pequena elite de brancos que combinam o monopólio das funções administrativas, a posse das maiores e melhores extensões de terras e o domínio das expressões culturais oficiais. Nas posições intermediárias a hierarquia de prestígio e posses económicas corresponde quase rigidamente a gradação epidérmica indo de brancos pequenos proprietários a uma camada intermediária de mestiços sesmeiros, rendeiros e depois meeiros, artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores assalariados (agrícolas e públicos) até aos negros escravizados e camponeses sem terra marginalizados (ANJOS, 2000).

Assim, o sistema de arrendamento e parceria surge como a solução para redinamizar a estrutura agrária cabo-verdiana. Os morgadios foram divididos, uma vez que o morgado não podia mais explorar diretamente a sua propriedade dando assim origem a mini-fúndios de exploração familiar. Carolina de Borba (2013), na sua tese de doutoramento recentemente defendida, nos apresenta um estudo comparativo em termos de regimes de propriedade entre comunidades negras no Brasil e em Cabo Verde e aponta alguns elementos locais que ditaram a formatação de um modelo agrário baseado em mini-fúndios.

A morfologia territorial de Santiago e o regime de apropriação fundiária não possibilitavam, por sua vez, a sustentação de grandes comunidades compostas por famílias numerosas. As terras de maior potencial agricultável situavam-se em vales de diminutas extensões e, desde cedo, sob o domínio de morgadios ou capelas. Ao lado desta organização, os espaços montanhosos eram ocupados à margem do regime legal. Ressalvamos, todavia, que os aglomerados resistentes localizam-se em redutos dispersos (BORBA, 2013, p 145).

Nos limiares do século XX a ilha de Santiago, a principal ilha agrícola, registava uma grande população de homens sem terra, na maioria provenientes de escravos libertos e de camponeses pobres que, empurrados pelas circunstâncias, aceitaram cultivar em terras dos “morgados” em condições próximas das da escravatura (SEMEDO, 2010). Neste sistema cabia ao camponês/rendeiro a responsabilidade de garantir toda a produção. A aquisição das sementes, dos instrumentos de trabalho, da mão de obra e a colheita eram suportados pelo camponês, e o resultado da produção era no fim repartido com o morgado. A relação de dependência, que já era muito forte entre o parceiro e o morgado, foi acentuada, ainda mais, pela estrutura agrária que surgiu com o advento do trabalho livre. Estas situações de injustiça propiciaram o surgimento de três revoltas dos rendeiros entre a primeira metade do século XIX e início do século XX no interior da Ilha de Santiago. As revoltas dos Engenhos de 1822, de Achada Falcão de 1841 e de Ribeirão Manuel de 1910, segundo o investigador Camilo Pereira (2010), estes momentos permitem compreender as confrontações político-culturais entre rendeiros e morgados.

As três revoltas, além de serem inspiradas nos festejos do batuco, da tabanca, dos reinados e de *Corpus Christi*, podem ser compreendidas a partir das confrontações políticas no interior da ilha de Santiago, opondo liberais moderados e exaltados [...] Por outro lado, os revoltosos acreditavam estar defendendo um direito local. Assim, a propriedade da terra presente nas três revoltas, antes de se constituírem numa questão material, significava um bem simbólico. A grande congregação de rendeiros presente nas três revoltas pode ser compreendida, em parte, como decorrentes dessas confrontações (PEREIRA, 2010, p. 391).

Pereira defende assim que os confrontos derivados dos sucessivos aumentos das rendas deviam-se não somente a questões económicas mas também políticos. As revoltas estavam atreladas às reivindicações de livre acesso às terras mas também podem ser analisadas como momentos de reivindicações visando a integração dos rendeiros na nova ordem política. Portanto, mais do que simples reivindicações pela posse das terras cultivadas, as revoltas se destacaram pelas exigências pelo reconhecimento dos direitos políticos a serem dados aos rendeiros e estavam também articulados a projetos

revolucionários tendo como objetivo a separação de Cabo Verde em relação a Portugal.

Contudo, esta estrutura fundiária vigorou durante todo séc. XIX e só veio a sofrer algumas transformações na segunda metade do século XX perante a pressão exercida pelo processo de luta armada desencadeado pelo Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC),³ conforme aqui apontado pela investigadora Elisa Andrade.

Até à Segunda Guerra Mundial, os movimentos sociais foram sistematicamente reprimidos: enforcamento, chicote, palmatoadas e outras sevícias corporais, deportação inter-ilhas ou para outra colónia, como aconteceu com Nhô Ambrose que foi degredado para Angola. Finalmente, as ideias de autonomia ou de independência nacional tomam corpo nos anos 40 com a geração de Amílcar Cabral. O seu corolário foi a organização da luta de libertação nacional, na sua forma moderna, com a criação, em 1956, em Bissau, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), de que Amílcar Cabral foi o principal promotor e ideólogo (ANDRADE, 2005, *apud* WWW.ASEMANA.CV acesso em 12/11/2014).

O PAIGC liderado por Amílcar Cabral, que além de buscar a Independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau tinha uma leitura bastante crítica em relação às estruturas político-fundiárias, assim criticou duramente as estruturas sociais das ilhas de Cabo Verde, enfatizando a grande diferenciação social, os antagonismos de classe e, principalmente, a distorção do sistema agrário, que permitia aos proprietários de terra terem um super faturamento sobre os arrendatários, seja de forma absoluta ou diferencial (FURTADO, 1993). Assim, segundo Amílcar Cabral, Cabo Verde, apesar das condições históricas particulares, era uma colónia. Para este combatente o povo cabo-verdiano sofria de duas formas de opressão, económica e social, fruto da relação desigual entre Portugal e as ilhas e as injustiças geradas pelos proprietários agrícolas,

³ Segundo a investigadora Elisa Andrade, a decisão de travar uma luta conjunta tinha o seu fundamento na história comum desses dois países. Cabo Verde foi essencialmente povoado por escravos ou negros livres vindos sobretudo da Guiné-Bissau que desde 1466 tinha ficado ligado à Cabo Verde por intermédio do comércio e do tráfico de escravos. Em 1550, as autoridades coloniais portuguesas nomearam, pela primeira vez, um Capitão-Geral para as ilhas, ficando esses dois países submetidos à mesma administração, até 1868. Contudo, a dependência do ponto de vista administrativo e das finanças públicas em que a Guiné ficou em relação a Cabo Verde gerou tão grandes mal-entendidos ao longo dos tempos que não é de admirar que alguns ressentimentos dos guineenses tenham vindo à tona no momento do golpe de Estado de 1981 ocorrido na Guiné-Bissau e que pôs fim ao projeto unitário. Com a separação dos dois países a ala cabo-verdiana do PAIGC passou a designar-se Partido Africano para a Independência de Cabo Verde – PAICV, mantendo a ala Guineense a designação inicial.

comerciantes e outros grupos das classes dominantes (ANDRADE, 1980, p.76). Em face disso, uma das mais importantes propostas políticas do PAIGC foi a condenação da política agrária colonial, propondo como solução a reforma agrária. Porém, uma análise atenta às palavras de Amílcar Cabral deixa-nos entender que o mesmo se mostrava cauteloso e sensível em relação a propostas que pudessem por em causa a unidade nacional e o envolvimento de todas as classes sociais no processo de libertação das colónias da Guiné e Cabo Verde.

A maior asneira que se podia fazer na nossa terra seria criar na Guiné partidos ou movimentos na base de etnias, o que era um meio bastante bom, não só para o inimigo nos dividir ainda mais, durante a luta, mas também para garantir a sua vitória; a destruição da nossa independência, depois da luta, como os camaradas têm visto em alguns países africanos. Em Cabo Verde, seria absurdo pensar em criar um partido de gente que tem alguma coisa e um partido de gente que não tem nada, para lutar contra o colonialismo português (CABRAL, 2013, p. 200).

Em resposta às críticas do PAIGC a Metrópole portuguesa tentará, em 1967, regulamentar o problema dos arrendamentos rurais e cria uma linha de crédito para redinamizar as grandes propriedades. Assim, os Decretos Ministeriais passaram a exigir a celebração em cartório dos contratos de arrendamento, porém estas disposições foram ignoradas pelos proprietários e mostraram-se de difícil efetivação por parte dos rendeiros. Uma das razões do fracasso, segundo Furtado (1993, p. 56) é a própria característica da sociedade cabo-verdiana. “A importância que a sociedade cabo-verdiana atribui a palavra – faz com que os contratos verbais celebrados entre os proprietários e os arrendatários sejam respeitados”. Outra razão apontada por Furtado tem a ver com o facto de a maioria da população, na altura, não saber expressar-se e escrever o português, o que dificultava o estabelecimento de contratos escritos.

Em termos de mobilização de água é criada nesta altura a Brigada de Estudos e Construção de Obras Hidráulicas (BECOH) com atribuições no estudo e execução dos trabalhos de Pesquisa, captação e aproveitamento dos recursos hídricos (subterrâneos e superficiais) com vista ao abastecimento de água à população e para rega. No início da década de 1970 o Ministério do Ultramar cria a Inspeção Geral de Minas e, a Brigada de Águas Subterrâneas de Cabo Verde (B.A.S.), à qual competirá o estudo e trabalhos relativos à pesquisa, captação e defesa do potencial aquífero.

Na ausência de capital para financiar a produção ou de qualquer política agrícola, foi instituído pela Metrópole o Banco Nacional Ultramarino, a fim de conceder crédito aos proprietários, com juros baixos e garantia hipotecária. Segundo Borba & Anjos (2012, p. 45), os “novos empreendedores rurais” tiveram acesso a empréstimos volumosos, que, por sua vez, não foram devidamente aplicados no desenvolvimento das atividades económicas. Em pouco tempo, a instituição financeira encontrava-se às vésperas da falência. Por estas razões, muitos dos antigos morgados perderam suas terras para instituições públicas, as quais foram posteriormente levadas à leilão. Os campos adquiridos em hasta pública irão pertencer a grupos reduzidos de pessoas que detinham capital financeiro, agora acrescidos também por emigrantes cabo-verdianos que conseguiram obter maiores rendas trabalhando, principalmente, nos Estados Unidos da América e na Europa (FURTADO, 1993). Contudo, estes antigos imigrantes transformados em proprietários, não vão mudar as relações de propriedade e de produção. Apenas se assiste a uma mudança de donos.

2. A independência nacional, cooperativas e a tentativa falhada de reforma agrária

A cinco de julho de 1975 Cabo Verde torna-se um país independente e o PAIGC, principal promotor do movimento de luta armada, assume o poder nos dois novos países. Perante um país economicamente fragilizado o PAIGC tinha que implementar as propostas e as políticas do partido, dos grupos sociais que os haviam apoiado, e obviamente da sociedade em geral. Os lemas apregoados pela organização de inspiração revolucionário-socialista, como ‘a extirpação da exploração do homem pelo homem e de toda sujeição do ser humano a interesses degradantes’, bem como ‘terra a quem a trabalha’, juntamente com a valorização da identidade africana serão parte das bandeiras políticas sustentadas pelo PAIGC, mesmo que neutralizando (por vezes violentamente) seus opositores políticos (BORBA & ANJOS, 2012, p. 47).

O quadro de seca num clima insular/saheliano desencadeou um processo de desertificação dos mais graves da sub-região. A partir do fim dos anos 60 assiste-se a um abandono massivo do campo pela população jovem que busca, nos centros urbanos e na emigração, alternativas mais risonhas de

sobrevivência. Paralelamente a propriedade da terra num espaço insular constitui um grande problema de modernização, daí a tentativa de uma reforma agrária nos finais dos anos 1970 (SEMEDO, 2010; FURTADO, 1993). Santos (2013), num artigo recentemente publicado que aborda a questão da reforma agrária no Concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, nos indica o quadro apresentado pelas autoridades nos primeiros anos de independência do país.

A independência nacional encontrou uma estrutura agrária instável, pois 40% dos camponeses não eram proprietários e trabalhavam em regime de arrendamento ou parceria. Os outros 60% eram proprietários, mas destes 50% pertenciam ao sistema misto. O regime indirecto de exploração, a sobreposição da titularidade de várias formas indirectas de exploração e de regimes por um mesmo indivíduo e o minifúndio, constituem as principais limitações impostas ao desenvolvimento da produção no país, aliadas às condições climáticas adversas e à exiguidade de solos aráveis, cujo crescimento demográfico serviu para agravar ainda mais a situação (SANTOS, 2013, p. 177).

Assim, a reforma agrária que se tentou implementar em Cabo Verde, com a independência nacional, tinha como objetivos principais suprimir os regimes indirectos de exploração⁴, garantir a posse útil da terra e dos meios de produção àqueles que a trabalhavam e redimensionar as explorações agrícolas privadas. Contudo nem os proprietários e nem sequer o próprio campesinato aderiram às propostas então apresentadas, o que ditou o fracasso do projeto.

Nas palavras de Furtado (1993) a interligação entre a agricultura e o desenvolvimento socioeconómico da sociedade cabo-verdiana, fica clara quando percebemos que, nessa época, a preocupação fundamental era a modernização da agricultura, sobretudo através da mobilização de mais água. Ou seja, modificar a estrutura agrária para melhorar as condições de produção, através de novas técnicas e novas relações de propriedade, de produção e de produtividade, otimizando a utilização do potencial hídrico disponível.

Em simultâneo com as medidas adotadas pelo governo no tocante à questão agrária (como a nacionalização de diversas propriedades fundiárias; proibição do subarrendamento rural; alheamento dos bens imóveis de

⁴Vulgarmente designados por “regime de arrendamento”

proprietários absentistas residentes no exterior.) procedeu-se, na altura, à nacionalização das águas subterrâneas.

Em consequência diríamos que a gestão da água em Cabo Verde se desenvolveu de forma centralizada e suportada no princípio da dominialidade pública. O exercício do direito de uso deste bem natural pelos particulares passou assim a ser dependente de concessão ou licença como condição de atribuição desse direito. O Decreto-Lei 80/87 estabelece o princípio de que a gestão dos recursos hídricos é da responsabilidade do Estado.

Neste contexto elaborou-se, no início da década de 1980, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN), 1982-1985, que foi considerado a primeira estratégia de desenvolvimento do país. Esse plano não era apenas um instrumento de intervenção pública. Ele era visto como algo necessário para eliminar as sequelas da dominação colonial e tinha como objetivo a construção de uma economia nacional independente (RODRIGUES, 2010), tendo a reforma agrária como o porta-estandarte das medidas a se implementar:

[...] o mais importante programa, durante o período do plano será o da reforma agrária, sem o qual cairão por terra todos os outros. Não será possível mobilizar as grandes massas camponesas para os objectivos de desenvolvimento e mesmo que esse fosse possível, sem esta mobilização, atingir algumas metas de crescimento, sem alteração das estruturas agrárias, tal far-se-ia à custa dos camponeses beneficiando uma minoria de proprietários (PDN, 1982-1985, p. 5).

Contudo, a desconfiança das populações camponesas com a iniciativa de reforma agrária, somada aos intensos laços de compadrio (mesmo que com perfil clientelista) entre proprietários e cultivadores refrearam as aspirações do governo de partido único. Aliado a estes fatores, em virtude de algumas transformações históricas, houve a valorização do direito de propriedade, quando da ascensão económica de famílias não-brancas, a partir das emigrações e correlatas aquisições de terra (SANTOS, 2013).

Neste período é também aprovado o Código de Água (Decreto Lei 41/II/84) e os demais órgãos de administração dos Recursos Hídricos que passam a ser :

- a) Conselho Nacional de Águas (CNAG);
- b) Comissões de Água (CA);

- c) Junta dos Recursos Hídricos (JRH);
- d) Registo Nacional de Águas (RNA).

Neste quadro a competência soberana para a administração dos recursos hídricos é atribuída ao Conselho Nacional de Aguas (CNAG), órgão interministerial, presidido pelo Ministro do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, abrangendo representantes de diversos ministérios. Como órgão executivo do CNAG foi primeiramente definido a Junta dos Recursos Hídricos (JRH), que era responsável por tudo o que dizia respeito pela execução, exploração e gestão dos recursos hídricos (GOMINHO, 2010).

Apesar de reconhecer a precariedade dos dados disponíveis, relativos ao rendimento, consumo, fluxo e circulação monetária das empresas agrícolas o I PDN partia do pressuposto de que a agricultura era a base fundamental da vida económica e social do país. Ainda assim, face às limitações de ordem fisiográfica e socioeconómicas, a agricultura representava na altura um papel importante na economia nacional contribuindo com 15,8% do PIB e 38,4% do total dos empregos permanente. Por outro lado, segundo este primeiro plano, no setor rural se concentrava a maior parte da população ativa e era onde se encontrava os índices mais significativos de desemprego e sub-emprego, as mais elevadas taxas de analfabetismo, baixos rendimentos e pobreza extrema.

Nesta altura o setor rural beneficiava de investimentos na ordem dos 500.000.000 ECV anuais, valor considerado elevado pelos padrões da época. Este forte investimento se devia em grande medida a uma conjuntura internacional favorável ao financiamento deste setor por parte da comunidade internacional empenhada na promoção do combate à fome e à desertificação. Neste contexto foi determinante o papel desempenhado pelas autoridades cabo-verdianas na mobilização de recursos técnicos e financeiros através da integração em organismos internacionais e intergovernamentais especializados nos problemas da alimentação, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel⁵ (CILSS), o Clube do Sahel, etc.

⁵ O Sahel é a região da África situada entre o deserto do Sahara e as terras mais férteis a sul, que forma um extenso corredor do Atlântico ao Mar Vermelho. Normalmente, incluem-se no

Para além da questão da reforma agrária o primeiro PND tinha por missão promover um desenvolvimento equilibrado dos cultivos irrigados e de sequeiro enquadrado num plano de reordenamento de todo espaço rural, criar condições para uma paulatina melhoria nas condições de distribuição comercialização e transformação dos produtos agrícolas com vista a atingir o mercado interno e posteriormente a exportação.

O governo despendeu grande quantidade dos recursos arrecadados no desenvolvimento do setor primário (agro-pecuário e pesca) visando reverter o processo de desertificação crescente, por forma a aumentar a produção agrícola e atender a demanda interna bem como a transferência de recursos para o Estado mediante a exportação e através da “distorção dos preços relativos” em detrimento dos preços agrícolas. Essas medidas tinham como objectivo passar de uma agricultura de subsistência para uma agricultura moderna e capaz de gerar excedentes (RODRIGUES, 2010, p. 58).

O Estado, através de uma visão centralizadora, assumiu na altura um papel determinante em todas as áreas, desde a criação e gestão de unidades de produção mais importantes e mais complexas, poupança, investimentos, controle do comércio externo, da moeda e das atividades financeiras. O setor produtivo estatal ocuparia uma posição dominante na economia e a organização do aparelho económico do Estado deveria corresponder exatamente a essa posição.

Uma das mais importantes ações destinadas à agricultura na década de 1980 foi a criação do INIA em 1985. Este instituto de investigação teve um papel muito relevante no desenvolvimento e pesquisas em áreas de inovação tecnológica, desenvolvimento e melhoramento genético de várias espécies, combate às pragas e a procura por novas espécies que se adaptassem melhor às condições climáticas do país (RODRIGUES, 2010).

Para resolver o problema da insuficiência de quadros para o setor rural é criado pelo Decreto Ministerial nº 50/81 a comissão Interministerial para Formação para o desenvolvimento Rural. Em janeiro de 1984, o Governo de Cabo Verde, assistido pela FAO e financiado pelo Governo Italiano, dá início ao

Sahel o Senegal, Cabo Verde, a Mauritânia, o Mali, o Burkina Faso, o Níger, a parte Norte da Nigéria, o Chade, o Sudão, a Etiópia, a Eritreia, o Djibouti , e a Somália.

projeto de construção e funcionamento do Centro de Formação Agrária de São Jorge (CFA),⁶ tutelado pelo INIA. Para além da implementação de um programa de formação de técnicos médios nos setores de vulgarização, produção vegetal, produção e sanidade animal, conservação de solos e água, o CFA também assumiu na altura um importante papel na educação de adultos nas áreas de interesse para o desenvolvimento do mundo rural.

Estas medidas aliadas aos investimentos que o governo fez na agricultura e no desenvolvimento rural se fizeram sentir das mais variadas formas. Produziram-se transformações profundas no setor agrícola no que se refere à diversificação da produção, ao aumento da área cultivada, ao uso e posse da terra, ao emprego de novas tecnologias e às relações com outros setores da economia. Outras medidas também foram levadas a cabo pelo governo como, por exemplo, a arborização de uma área crescente da superfície das diferentes ilhas visando reduzir os efeitos da devastação ecológica e conter o avanço da desertificação (RODRIGUES, 2010; FURTADO, 1993). Contudo, o fracasso na implementação do projeto de reforma agrária condicionaram grandemente a efetiva implementação deste plano.

O segundo PND abrangeu o período de 1986 a 1990, e no que se refere ao setor rural este plano definiu como principais objetivos para o desenvolvimento a luta contra a desertificação e erosão pelo alargamento das tarefas de preservação e valorização do património fundiário e pela reflorestação; mobilização e valorização dos “recursos” hídricos. Nesta altura foi implementado um vasto programa de pesquisa, com o apoio de organismos internacionais, com vista a se proceder ao balanço dos recursos hídricos do país, construção de muros de retenção, captação e galerias.

As áreas rurais concentravam cerca de 63% da população ativa do país e a população ocupada no setor agrícola representava cerca de 29% do emprego total. Assim optou-se pelo incentivo ao desenvolvimento do movimento associativo através da consolidação das organizações cooperativas agropecuárias existentes, apoio às cooperativas agrícolas e de consumo e a novas iniciativas coletivas (RODRIGUES, 2010).

⁶ O CFA foi instalado nas estruturas da antiga Escola de Aprendizado Agrícola-Pecuário Alves Roçadas, sita em S. Jorge dos Órgãos, ilha de Santiago, que por sua vez tinha sido criado na década de 1950.

Neste sentido, a constituição de cooperativas teve um grande incremento após a independência. Segundo João Pereira Silva (1982, *apud* FURTADO, 1993), de 1975 a 1986 apareceram 209 cooperativas juridicamente constituídas, 21 pré-cooperativas, 73 grupos de ajuda mútua e oito uniões. Dentro deste grupo, as cooperativas do setor agro-pecuário somam 62 organizações, e uma união de cooperativas do referido setor com um total de 1265 membros essencialmente em áreas de regadio.

O cooperativismo se emerge assim neste período como uma forte aposta do poder político para o mundo rural e segundo Jesus (2007), esta opção conta com dois importantes elementos impulsionadores:

De um lado, a necessidade latente, quer em termos socioeconómicos, de garantir o abastecimento das populações em gêneros de primeira necessidade, quer em termos ideológicos, de promover a igualdade e justiça social. De outro lado, a assunção clara das cooperativas como vias de promoção do desenvolvimento, por parte do Governo e do Partido, resultando daí um forte impulso institucional na sua promoção. Contudo é preciso destacar o carácter descendente da dinamização do cooperativismo nesta fase, ou seja, o cooperativismo é mais “imposto” pelo Governo/Partido do que resultante de um movimento social independente e autónomo (JESUS, 2007, p. 48).

Na dimensão político-ideológica, a cooperativa era assim vista como uma forma de libertar as camadas mais desfavorecidas da dependência económica, como meio de elevar o nível cultural e político das pessoas, como forma de promoção da justiça social, tendo o próprio partido no poder, o PAIGC, se envolvido diretamente na promoção do movimento, quer através de orientação clara das suas lideranças e das mensagens de apoio, quer através da atuação dos seus militantes no terreno, na dinamização e criação de cooperativas (JESUS, 2007). Assim foi criado o Instituto Nacional das Cooperativas (INC) como objetivo de materializar as orientações políticas do governo a respeito do cooperativismo, promover e apoiar a organização interna das unidades cooperativas e suas organizações, e ser o ponto de interligação com organizações cooperativas internacionais.

Os investimentos públicos direcionados ao desenvolvimento rural nesse período foram os maiores registados se comparados aos investimentos realizados nos outros setores. Isso demonstra a importância estratégica que se

via no desenvolvimento rural como meta para se atingir o desenvolvimento económico que seria assentado na industrialização (RODRIGUES, 2010). O governo desenvolveu um papel fundamental no apoio técnico e financeiro que foi de suma importância na medida em que permitiu às empresas pertencentes ao Estado e as cooperativas agrícolas terem um papel ativo na condução das políticas públicas agrícolas. Estas empresas e cooperativas agrícolas dinamizaram o processo de reconversão agrícola e introduziram novas técnicas e práticas de produção, como por exemplo, o trabalho cooperativo e as formas de ajuda mútua, tanto em termos técnicos como nas relações de trabalho.

Contudo, tendo o cooperativismo formal surgido em Cabo Verde num contexto político-ideológico específico (partido único), a fraca promoção dos seus princípios fundamentais por parte do INC – o que deveria ter sido uma das suas funções primordiais contribuiu para sedimentar no movimento a ideologia dominante de matriz eminentemente política que vinha desde a sua génese em detrimento da doutrina cooperativa, necessária para garantir a sua coesão enquanto movimento social. O fraco conhecimento dos princípios e valores cooperativos, entre outros, traduziu-se assim em claras distorções das práticas de gestão adotadas nas cooperativas e até em certos comportamentos desviantes por parte dos líderes, contribuindo para gerar as condições intrínsecas para a falência do movimento (JESUS, 2007):

A forte intervenção do Governo e do partido na promoção do cooperativismo nas duas fases anteriores contribuiu aparentemente para que o movimento acabasse por ser conotado ideologicamente com o PAICV no clima de alguma euforia reinante no início dos anos de 1990 com a democratização do país, quer por parte da população e dos antigos membros, quer por parte de elementos do novo Governo, embora estes não claramente assumidos logo no início. O sector cooperativo acaba por ser vítima das suas ligações históricas ao Governo e ao partido no poder anteriormente, e da forte dependência – técnica, financeira, ideológica, organizacional e competitiva - que caracterizara a sua estrutura e o funcionamento desde a sua criação (JESUS, 2007, p. 52-53).

Furtado (1993) aponta outras questões de ordem prática para o insucesso das cooperativas no setor rural. Em primeiro lugar, a possibilidade concreta da organização das cooperativas agrícolas de produção é limitada pela reduzida superfície agrícola irrigada. As terras de sequeiro trabalhadas somente durante

um período do ano, na época das “azaguas”, não permitem a formação de uma associação cooperativista, ainda que nela seja possível um trabalho deste nível. Em segundo lugar, na mesma linha defendida por Jesus (2007), a ausência de uma tradição cooperativa e a identificação feita pelos trabalhadores rurais entre o movimento cooperativo e a “necessidade de militância política” nas estruturas partidárias constituíram um outro obstáculo.

Paralelamente ao programa de promoção das cooperativas criou-se também na altura as Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO) que geravam empregos temporários para as populações rurais na área da construção e obras públicas com o objetivo de assegurar renda e garantir o consumo (nas cooperativas) das famílias rurais com poucos recursos e em situações de seca prolongada. O financiamento do programa FAIMO até aos anos 90 era assegurado pela cooperação internacional, através da contrapartida da ajuda alimentar (vendida no mercado nacional) e das doações financeiras. Essa ajuda era utilizada por um lado, como forma de superar o déficit alimentar provocado pelos maus anos agrícolas, por outro, era transformado em recursos suscetíveis de serem aplicados ao desenvolvimento. Embora se reconheça o importante papel desempenhado pelas FAIMO, este programa foi alvo de muitas críticas no fim do regime perante o argumento de que a sua filosofia do funcionamento era essencialmente assistencial, o que o transformava num elemento permanente de insegurança social, segundo Pina (2008):

[...] As FAIMO não oferecem soluções adequadas para a saída da pobreza, antes, cristaliza e reproduz a mentalidade de assistidos vis-à-vis do Estado-providência [...] Esta situação acabou por criar nas populações rurais uma dependência económica crónica relativa ao emprego acompanhados de séries de constrangimentos, sendo os mais comuns a desresponsabilização das populações alvo, relativamente às infraestruturas construídas, que os agricultores consideram propriedades do Estado, incumbindo a este a responsabilidade de manutenção; a ausência de controlo, seguimento e avaliação dos projetos; os baixos salários e respectivo atraso de pagamento (PINA, 2008, p. 3).

Assim, apesar de se ter conseguido atingir alguns objetivos no que toca ao desenvolvimento rural, ainda estava-se longe de se considerar que a estratégia de desenvolvimento baseado na substituição de importações tinha conseguido bons resultados em Cabo Verde. As críticas a esta estratégia

levaram a que se abandonassem as políticas de industrialização por substituição de importações e se optasse por uma mudança de estratégia de desenvolvimento.

No que toca à mobilização da água o segundo PDN aponta ainda para a necessidade de estudos com vista à definição de locais para construção de grandes represas e de pequenas barragens. Nesta altura apontava-se para São Martinho e Caniço como possíveis localizações e já se previa neste plano o início da construção da Barragem de Poilão, algo que só veio a acontecer em 2004.

A partir de meados da década de 1980, segundo Moniz (2007), o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) começou a enfrentar problemas para dar continuidade à sua manutenção no poder. O planeamento da dependência internacional e a política económica dela decorrente provocaram, na ausência de um regime democrático, profundo desgaste do capital político que este partido desfrutava na sociedade cabo-verdiana. Assim, pressionado pelos fluxos da conjuntura internacional e pelos percalços internos passou-se a admitir a possibilidade de implementação de um conjunto de reformas económicas, administrativas e políticas.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a falência do modelo soviético, o cenário internacional levou a que o PAICV precipitasse o processo de democratização do país e adotasse oficialmente uma política de transição para o pluripartidarismo. Foi nesse contexto que surgiram novos partidos políticos como o Movimento para a Democracia (MPD). Assim, o MPD sai vencedor nas primeiras eleições legislativas pluripartidárias realizadas a 13 de janeiro de 1991, dando início a um novo ciclo político depois de 15 anos de regime de partido único. O governo saído dessas eleições optou pela mudança de uma estratégia de desenvolvimento centrada no mercado interno para outra virada para o mercado externo.

3. A empresarialização do setor agrícola e o associativismo local como fatores de promoção do desenvolvimento

A partir de 1991, o novo governo eleito adotou uma nova estratégia de desenvolvimento económico que preconizava uma economia de mercado e a integração dinâmica de Cabo Verde na economia mundial. Tal estratégia

implicava a criação de condições capazes de atrair o investimento externo e garantir a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e tecnologia. Os objetivos eram assim melhorar a participação do país no comércio internacional e ainda a promoção da iniciativa empresarial privada nacional.

Nesse período, entrou em vigor o III PND (1992-1996) que definiu como principais estratégias a atração de capital externo, o desenvolvimento de empresas conexas, o desenvolvimento de setores especializados e, ao mesmo tempo, considerava como condicionantes a salvaguarda dos grandes desequilíbrios internos e externos, a luta contra a pobreza e o desemprego, o desenvolvimento equilibrado do conjunto das ilhas e a atuação contra os constrangimentos resultantes da descontinuidade territorial, da baixa produtividade associada aos elevados custos da mão de obra e a ausência de tradição produtiva “moderna” (RODRIGUES, 2010).

Assim, desenvolveu-se uma nova política de desenvolvimento rural suportado sobretudo no princípio da integração da economia rural na economia de mercado e no alargamento das atividades económicas do campo, não se restringindo aos setores da agricultura, silvicultura e pecuária mas recobrando outros setores à montante e à jusante da produção agro-silvo-pastoril. Neste sentido, segundo Furtado (1995), o Centro de Formação Agrária (CFA), que vinha fundamentalmente formando quadros médios, intermédios e de base para a administração pública se vê obrigado a reorientar a sua estratégia de formação. Normas condicionadoras do ingresso de novos agentes na administração pública, aliadas a uma política de incentivo ao abandono voluntário de quadros da função pública acrescentam novos problemas e novos desafios à instituição de formação.

Paralelamente, a Investigação Agrária desenvolveu diversos trabalhos ao nível dos “recursos” naturais, onde se incluem os solos, o meio ambiente, a vegetação, a água e ao nível dos cultivos tradicionais de regadio e de sequeiro. Contudo, na componente da produção e sanidade animal, as ações foram muito limitadas, na área da silvicultura, praticamente não houve intervenções e formação de agricultores praticamente não existiu nesse período (RODRIGUES, 2010).

No que toca á gestão da água para agricultura III PND (1992-1996) aponta para a necessidade de uma melhor adequação dos sistemas de exploração da terra às condições ambientais, numa perspetiva de utilização sustentável deste bem. Assim a estratégia a ser adoptada passa por um melhor aproveitamento dos “recursos hídricos” explorados, pela redução dos consumos e pela preservação dos solos. Estas metas serão alcançáveis através de estudos técnicos que possam conduzir ao aumento da água disponível, recorrendo a fontes não convencionais e por via da tomada de medidas conducentes à redução dos consumos com a introdução progressiva de equipamentos economizadores de água.

Ainda no quadro do novo contexto de abertura política, de descentralização e da abertura do setor da água e energia à iniciativa privada, as atribuições do conjunto das instituições centrais estão em vias de serem alteradas. As funções dos organismos centrais serão focalizadas sobre os aspetos de interesse nacional, tais como a planificação, a regulamentação, a regulação, a coordenação, a sensibilização e o seguimento da exploração (GOMINHO, 2010).

Em 1992 é extinta a Junta dos Recursos Hídricos (JRH) e as Comissões de Água e as suas competências são transferidas para o Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH). A execução dos trabalhos de construção ficou reservada ao Instituto Nacional de Engenharia Rural e Floresta (INERF).

Com advento da democracia o modelo de cooperativas é abandonado pelo novo poder e simultaneamente o movimento associativo ganha maior força e torna-se um interlocutor privilegiado na relação Estado/comunidades locais assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana. As associações foram acarinhadas no quadro da nova filosofia de gestão para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário; poupança e crédito, atividades geradoras de rendimento com incidências sobre os programas de luta contra a pobreza; promoção da mulher; planeamento familiar; apoio aos deficientes; ambiente; informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos.

As Associações Comunitárias de Base foram impulsionadas, em primeiro lugar pelas Cooperações Internacionais e Organizações não Governamentais (ONG's). As associações tiveram origem a partir de agrupamentos de agricultores e criadores de gado moradores ou naturais de uma dada região. O ano 1995 marca o primeiro ano de assinatura de contratos-programa entre as associações e o Estado no âmbito do financiamento de vários projetos comunitários, principalmente na vertente de execução de obras de Conservação do Solo e da Água (CSA) no quadro do programa supracitado. Uma comunidade organizada em associação constitui o critério fundamental para a obtenção de financiamento. Esta condição está na origem fulminante de muitas associações, tendo como estímulo o financiamento de projetos comunitários através de assinatura de contratos-programa entre as associações e o Estado.

As associações comunitárias de desenvolvimento foram assim elevadas à categoria de parceiros “incontornáveis” no processo de luta contra a pobreza nos territórios rurais. Entretanto, segundo Pina (2008), nota-se um elevado grau de dependência destas organizações das ajudas externas, fraca capacidade técnica e de gestão, assim como dificuldades de uma participação de acordo com o modelo de desenvolvimento estabelecido. Nesta perspetiva, as entidades financiadoras têm procurado desenvolver ações de formação destinadas não só aos líderes, mas também ao conjunto dos membros no geral, por forma a desenvolver uma outra visão da organização, não como apenas um meio de garantir o emprego e de serem selecionados nos projetos que a organização leva a cabo. Em linhas gerais, as associações comunitárias foram assumidas como interlocutores privilegiados para o melhoramento das condições de vida das comunidades locais e num instrumento de promoção de desenvolvimento local em Cabo Verde.

O IV PND (1997-2000) previa as seguintes ações para o meio rural: Aumentar a produção e a produtividade; Adequar os sistemas de exploração da terra às condições do ambiente, numa perspetiva de utilização sustentável dos “recursos”, designadamente água e solos; Desenvolver o processo de integração da economia agrícola no mercado. Contudo, dados de 1992 mostravam que a agricultura, silvicultura e pecuária representavam, na altura, apenas 9,9% do PIB.

A estratégia para alcançar as metas, em cima anunciadas, estaria assente em três vetores fundamentais nomeadamente, a preservação dos “recursos” naturais, o desenvolvimento do setor privado e o reforço institucional. Vale ressaltar que seria imperativo que essas três áreas crescessem, em simultâneo e de forma articulada, para que o setor agrário pudesse desenvolver. O crédito rural foi um aspeto que não foi muito abordado até essa época. Segundo Rodrigues (2010), o governo não deu a atenção devida a esse assunto. No período em que esse plano vigorou apenas 2,5% dos créditos concedidos pelo sistema bancário tradicional haviam sido concedidos ao setor agro-pecuário. De acordo com esse Plano o sistema bancário da época não estava vocacionado para operar no referido setor. Tentaram-se outros meios para resolver o problema do crédito rural, como por exemplo, projetos com componentes que configuravam linhas de crédito, o sistema semi-informal das Caixas de Poupança e Crédito e a Caixa de Crédito Rural, mas nenhum deles conseguiu alcançar o resultado esperado.

O Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2006) via esse setor como um setor fundamental da atividade económica e social no país por gerar empregos, renda e na segurança alimentar da população. Por conta disso, o governo juntou todos os seus esforços na dinamização desse setor e orientou sua intervenção numa política de ordenamento do território, de conservação ambiental e na elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento direcionado a esse setor com vista a equacionar e impulsionar o desenvolvimento do mundo rural que havia sido esquecido durante longos anos.

Este Programa ressalta que os programas desenhados para o setor, até aquele período, não tinham sido concretizados, na sua globalidade devido à inadequação das estratégias e das atividades com relação aos objetivos propostos, devido a alguns fatores tais como: A ausência de uma política de ordenamento agrário, uma vez que as bacias hidrográficas continuavam a não ser tratadas como unidades agrárias, a limitada utilização de tecnologia adequada à micro-irrigação apesar dos avanços registados nessa área, a inexistência de um serviço de crédito agrícola, inexistência de uma política

tarifária para a agricultura e de incentivo à economia da água e a deficiente aplicação da legislação existente.⁷

As principais fraquezas do sector residem na inadequação de práticas de exploração às condições climáticas e na inexistência de uma política de crédito bem focalizada para o sector. As práticas arcaicas de exploração da terra ainda persistem em larga escala, situação que tem condicionado a extensão dos ganhos de produção e produtividade e rendimentos económicos acrescidos aos produtores já conseguidos no desenvolvimento da horticultura e fruticultura e de resultados encorajadores em termos de preservação da água (PND, 2002-2005, p 130).

Para fazer face a esses “constrangimentos”, o governo elegeu como principais metas, no domínio do desenvolvimento agrícola e rural: aumento da produção, através da intensificação da produtividade tanto no sequeiro como no regadio e da diversificação dos rendimentos agrícolas e rurais; adequação dos sistemas de exploração agrícola às condições edafo-climáticas, numa perspetiva de utilização sustentável dos “recursos” naturais.

Esse foi um período importante para a agricultura em Cabo Verde, segundo Rodrigues (2010), porque o governo além dos Planos Globais elaborou vários planos setoriais para o desenvolvimento do setor agrícola, dentre os quais se destacam: o Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura (PEDA), a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) e o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza. Referimos às Grandes Opções do Plano (GOP), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP) e ao Programa do Governo (VI Legislatura).

A elegibilidade de Cabo Verde ao Millenium Challenge Account (MCA), em virtude dos bons indicadores apresentados pelo país em algumas áreas, tais como, democracia e liberdades, IDH e desempenho económico, também tiveram um impacto forte sobre a agricultura na medida em que esse programa disponibilizou cerca de 10.8 milhões de dólares para atividades que aumentassem a captação, o armazenamento e a distribuição das águas da

⁷Programa do governo para a vi legislatura, 2001-2006, p. 80.

chuva, que permitiriam aos pequenos agricultores e/ou criadores irrigar as suas parcelas e aumentar a produtividade agrícola.

De acordo com o Estado da Nação (2005, p. 50), mais de 400 hectares de sistemas modernos foram instalados, e este valor será multiplicado nos próximos anos, resultado, entre outros dos investimentos realizados no âmbito do MCA, no montante de, aproximadamente, 900 mil contos, dos quais 38 mil serão utilizados na concessão de crédito às microempresas agrícolas.

O Programa do Governo para a VII Legislatura (2006-2011) reforça que a ação do governo será orientada para uma melhor integração da atividade agrícola no processo de desenvolvimento económico e o reforço da multifuncionalidade do setor, articulando a proteção do ambiente, o ordenamento do território, a gestão dos “recursos” naturais com especial realce para a otimização da utilização da água, a segurança alimentar, a criação/ manutenção de empregos e o aumento da produção e da qualidade.

Na mesma linha o programa do Governo para VIII legislatura (2011-2016) vem consolidar duas ideias fundamentais defendidas pelo governo para desenvolver o mundo rural: o empoderamento dos pobres e dos que vivem nas zonas rurais, para aumentar a sua capacidade produtiva. Aqui se incluem programas para facilitar a capacitação, para promover o acesso a recursos financeiros e às infraestruturas e serviços sociais; por outro lado, o programa propõe desenvolver iniciativas que visam ligar as áreas rurais ao setor turístico. Ainda acoplado ao setor do turismo o governo pretende promover o alargamento da base produtiva rural, através da criação de condições sanitárias e de distribuição para que os produtos agro-alimentares entrem no circuito de compra da indústria hoteleira do país, do incremento de centros de controlo de qualidade, do incentivo e apoio técnico à exportação através do fornecimento do mercado hoteleiro e turístico, da produção nacional e do reforço das capacidades de investigação e transferência de conhecimentos aos agricultores (RODRIGUES, 2010). Este programa pretende ainda continuar a apostar na “modernização” da agricultura através da mobilização de 75 mil metros cúbicos de água até 2016 através de construção de 17 barragens expandindo a superfície irrigada para 2070 hectares, incluindo cerca de 1820 hectares com sistema de rega gota a gota, fomentando o aumento da produtividade e da produção e o agronegócio.

A formação será outro eixo importante. Prevê-se a capacitação de cerca de 4000 pessoas por ano no domínio da chefia e exploração de propriedades agro-pecuárias através da rede de estruturas de formação profissional e a formação avançada nos domínios da ciência agrárias e ambientais através da criação da Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais (ver introdução).

3. Referências bibliográficas

- AMARAL, I.** (1991). Cabo Verde: Introdução geográfica. in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 1ª edição, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direcção Geral do Património de Cabo Verde, Lisboa, pp. 1- 22
- ANDRADE, M.** (1980) *Amílcar Cabral: Essai de Biographie Politique*. Paris: Petite Collection Maspéro
- ANJOS, J. C.** (2000). Cabo Verde e a Importação do Ideograma Brasileiro da Mestiçagem. In *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 177-204, nov
- ANJOS, J. C.** (2003). Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. in *Estud. afro-asiát.* vol.25, n.3, pp. 579-596. ISSN 0101-546X
- BORBA, C. & Anjos, J. C.** (2012). Questão Fundiária em Cabo Verde: Posse Tradicional x Propriedade da Terra em São Salvador do Mundo. In *Revista Conjuntura Austral* | ISSN: 2178-8839 | Vol. 3, nº. 11 | Abr.Maio
- BORBA, C.** (2013). Terras Negras Nos Dois Lados do Atlântico: Quem São os Proprietários? Estudo Comparado – Cabo Verde/Brasil. Tese de Doutoramento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS
- CABRAL, Amílcar.** (2013). *Unidade e Luta: A Arma da Teoria*. (coord. Mário de Andrade). Cidade da Praia: Fundação Amílcar Cabral
- DOMINGUES, A.** (1991). Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 1ª edição, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direcção Geral do Património de Cabo Verde, Lisboa, pp. 41- 123
- FURTADO, C. A.** (1993). *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco
- FURTADO, C. A.** (1995). *O Centro de Formação de São Jorge/INIDA e a Política de Formação Profissional*. Doc. De Travail 03.GCP/CVI/032/ITA
- GOMINHO, M.** (2010). *Gestão dos Recursos Hídricos no Processo de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde: Uma Proposta*: Lisboa: ISCTE - Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas
- GOVERNO DE CABO VERDE.** (2001). Programa do Governo Para a VII Legislatura: 2001 - 2006. Praia
- GOVERNO DE CABO VERDE.** (2006). Programa do Governo Para a VII Legislatura: 2006 - 2011. Praia

- GOVERNO DE CABO VERDE.** (2011). Programa do Governo Para a VIII Legislatura. 2011-2016. Praia
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE.** (2010). Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) Cabo Verde
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.** Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH). Cabo Verde, 2010
- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - INGRH.** (2003), *Política Nacional de Saneamento*. Praia
- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICO - INGRH.** (2002). *Dez de vida ao serviço de Cabo Verde 1992-2002*. Praia. Cabo Verde
- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICO – INGRH.** (2010). *Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos – 2008*. Cabo Verde
- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - INGRH.** (2007). *Relatório de Atividades – 2007*
- JESUS, P.** (2007). *Ideologia versus Práticas de Gestão: O caso das cooperativas de consumo na ilha de Santo Antão*. Dissertação de Mestrado. ISCTE Business School, Departamento de Gestão: Lisboa
- MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA.** (1992). *Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1996*. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA.** (1997). *Plano Nacional de Desenvolvimento. 1997-2000*. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA.** (1997). *Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000*. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** (2002). *Plano Nacional de Desenvolvimento. 2002-2005*, Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** (2002). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005.*, Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECURSOS MARINHOS.** (2009). *Plano de Ação para o Desenvolvimento Agrícola da Ilha de Santiago*. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS.** (2004). *Livro Branco sobre Estado do Ambiente em Cabo Verde*
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS.** (2004). *Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente – PANA II. 2004-2014*
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DA AGRICULTURA E PESCAS & ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA.** (2004), *Agriculture et Peche: Strategie de Developpement a l’Horizon 2015 & Plan d’Action 2005-2008*, Praia
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL.** (2004). *Recenseamento Geral da Agricultura*. Praia: Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão - Direção de Estatística e Gestão de Informação
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E COOPERAÇÃO.** (1982). *Plano Nacional de Desenvolvimento. 1982-1985*. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E COOPERAÇÃO.** (1986). *Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1980*. Praia, República de Cabo Verde

- MONIZ, E.** (2007). *Africanidades e Eurocentrismos em Pelejas Culturais e Educacionais no Fazer-se Histórico do Cabo Verde*. Tese de Doutoramento. Universidade Católica de São Paulo
- PEREIRA, E.** (2010). *Política e Cultura: As Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*. Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em História Social
- PINA, R.** (2008). Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas Sobre Alguns Percursos de Revitalização Rural. In *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. - SPER
- RODRIGUES, N.** (2010). Políticas Públicas e Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago – Cabo Verde. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas. Recife
- SANTOS, Z.** (2013). A Reforma Agrária em Cabo Verde: Estudo de Caso no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão; In *Desigualdades Sociais e Dinâmica de Participação em Cabo Verde*. Serie Estudos Sociais Cabo-verdianos – Vol. 3. Edições UNICV-UFRGS
- SEMEDO, J. M.** (2010). Ilha de Santiago (Cabo Verde) – Paisagem Natural, Uso de Recursos Naturais e Riscos de Desertificação. In *Desertificação, Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Familiar: Recortes no Brasil, em Portugal e na África*: João Pessoa - PB Editora Universitária - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
- SILVA, A.** (1991). Espaço, Ecologia e Economia Interna. in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, 1ª edição, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direcção Geral do Património de Cabo Verde, Lisboa, pp. 179 – 236